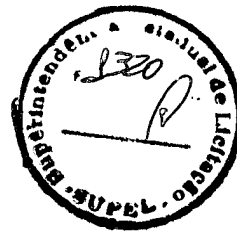




**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

**PARECER: 51/2016/ASSESSORIA/SUPEL**

**PROCESSO: 01.1420.02847-00/2015**

**PROCEDÊNCIA: DER/RO**

**ASSUNTO: ANÁLISE DE RECURSO REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
Nº 084/2015/CPLO/SUPEL/RO.**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente processo foi encaminhado a esta assessoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer acerca de recurso administrativo interposto no decorrer do certame licitatório.

Abrigam os autos a **Concorrência Pública nº 084/2015/CPLO/SUPEL/RO** cujo objeto é a Construção de unidade básica de saúde padrão 2 no bairro Alpha Parque, no(s) município(s) de Cacoal/RO, discriminada no presente Edital.

Trata-se de recursos administrativos interpostos pelas licitantes: **GRUPOCAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** (fls. 1276/1284) e **GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP** (fls. 1296/1306), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666/93.

Não houve apresentação de contrarrazões.

### **2. ADMISSIBILIDADE**

Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

### **3. SÍNTESE DOS FATOS**

Consta na ata de reunião para análise e julgamento das propostas de preços, referente a presente Concorrência Pública, exarada em 15/04/2016 (fls. 1190/1191), a classificação das propostas das empresas, resultando na seguinte ordem de colocação: 1º



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

Grupocal Construções e Empreendimentos Ltda; 2º Construtora Vértice Ltda; 3º Global Comércio e Serviços Eireli; 4º Castrol - Locação de Máquinas, Transportes e Serviços Ltda – EPP.

Registrou-se que a empresa **Grupocal Construções** apresentou em seus documentos de habilitação declaração de enquadramento de EPP, porém em análise aos autos a comissão verificou que a empresa não faz jus ao tratamento diferenciado segundo os termos da Lei Complementar 123/06.

Considerando que a empresa **Construtora Vértice**, classificada em segundo lugar, se enquadra aos benefícios da LC 123/06, a mesma foi notificada para apresentar nova proposta de preços. Assim feito, cobriu a proposta da empresa **Grupocal Construções**, anteriormente classificada em primeiro lugar.

Na sessão seguinte de análise e julgamento da nova proposta de preços, datada em 25/04/2016 (fls. 1270), consta a classificação final das empresas participantes da presente licitação, sendo esta: 1º Construtora Vértice Ltda; 2º Grupocal Construções e Empreendimentos Ltda; 3º Global Comércio e Serviços Eireli; 4º Castrol – Locação de Máquinas, Transportes e Serviços Ltda – EPP.

#### **4. RECURSO DA EMPRESA GRUPOCAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**

Em suas razões, a Recorrente informa ter apresentado em sua documentação de habilitação, declaração de que se enquadra como EPP, conforme solicitado no item 14.2.4<sup>1</sup> do edital. A partir da análise realizada pela comissão ressaltou-se que a Receita Operacional constante no balanço referente a 2014 ultrapassou o valor estipulado pela LC 123/06.

A Recorrente questiona que a comissão antes de convocar a 2º classificada (empresa Construtora Vértice) a apresentar nova proposta de preços, deveria ter solicitado

<sup>1</sup> 14.2.4 – As empresas constituídas na forma de microempresas e empresas de pequeno porte, que a vista das exigências previstas neste Edital, apresentarem condições de participação no presente certame, deverão apresentar declaração formal de tal condição de constituição e ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto na referida Lei Complementar e suas posteriores alterações.



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
**Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar**  
**Porto velho, Rondônia.**

esclarecimentos da Recorrente quanto ao enquadramento como EPP. Afirma ainda ter apresentado a proposta mais vantajosa para a administração.

Declara que o prazo válido para apresentação do balanço 2015, segundo a lei, é até 30/04/2016, razão pela qual a impetrante apresentou o balanço do exercício de 2014, o qual serviu apenas para comprovar a boa situação financeira da licitante, conforme exigência do item 14.4.2<sup>2</sup>, e não para aferir a condição de EPP.

Declara que o edital é falho ao não definir qual forma a ser utilizada pela comissão para julgar a condição de ME/EPP, pois foi solicitado apenas apresentação de uma declaração formal. Assim, não cabe o julgamento mediante análise do balanço apresentado.

Requer o enquadramento da mesma nos benefícios oferecidos a ME/EPP. Na oportunidade, a licitante anexa ao recurso, cópia do balanço referente ao exercício 2015, e declaração de EPP, deferido pela JUCER em 21/01/2016.

**5. RECURSO DA EMPRESA GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP**

A Recorrente discorda da classificação da proposta da empresa **CONSTRUTORA VÉRTICE**, pois a licitante mesmo tendo apresentando inúmeras falhas em sua proposta de preços, foi classificada sem ressalvas pela Comissão; que a mesma deixou de cumprir requisitos obrigatórios e indispensáveis, trazendo prejuízo à isonomia

Alega que a proposta apresentada está em total desacordo da legislação vigente, bem com o edital. Aponta as seguintes irregularidades: 1) apresentação de diversos itens com valor unitário superior aos estimados pela administração; 2) não apresentação da planilha de composição dos encargos sociais; 3) planilha de composição de BDI, com percentual menor que 20,34%; 4) valores de salários profissionais superiores aos estimados e previstos em suas categorias profissionais; 5) planilha divergente com a

<sup>2</sup> 14.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: 14.4.2 – Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, observando o que segue: I - Balanço Patrimonial devidamente REGISTRADO na Junta Comercial do Estado; II - Balanço Patrimonial AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, com o Pertinente Termo de Abertura e Encerramento.

*[Handwritten signature]*  
*A. n.*



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
**Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar**  
**Porto velho, Rondônia.**

apresentada na licitação, dificultando a análise dos valores individuais e globais; 6) ausência das informações da conta bancária.

Pede que seja invocado o art. 44, § 1º e art. 45, I e II e III da Lei Complementar 123/06 de forma que a Recorrente possa apresentar proposta a fim de atender a legislação mencionada.

Por fim, requer a desclassificação da proposta da empresa **CONSTRUTORA VÉRTICE** devido às irregularidades apontadas pela mesma.

## **6. DECISÃO DA CPLO**

Examinados os pontos arguidos nas peças recursais, a CPLO decidiu:  
Conhecer dos recursos interpostos, por serem **TEMPESTIVOS** e adequado à forma legal para, no mérito, julgar **IMPROCEDENTES** os pedidos formulados pelas RECORRENTES (fls. 1312/1313).

## **7. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

Quanto ao recurso interposto pela licitante GRUPOCAL CONSTRUÇÕES, verifica-se que a mesma declarou se enquadrar como ME/EPP (fs. 299) no exercício de 2016, embora tenha apresentado Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (fs. 331), cuja receita no valor de R\$ 4.117.850,43 (quatro milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos) não a habilitava beneficiária da LC 123/05 no exercício de 2015.

Encerrado o exercício de 2015, a mesma voltou a se enquadrar como ME/EPP, contudo, ainda não dispunha do Balanço Patrimonial, tampouco apresentou balancetes que comprovassem sua situação, razão pela qual o Presidente da CPLO não lhe concedeu os benefícios da ME/EPP.



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

Ocorre que o Presidente da CPLO somente veio a se pronunciar por ocasião da análise e julgamento das propostas (fs. 1190/1191), quando deveria tê-lo feito na primeira oportunidade, na análise dos documentos de habilitação.

A jurisprudência dominante do TCU é no sentido de que havendo dúvidas no enquadramento, é obrigação demonstrar a correção e a veracidade da declaração, neste sentido:

“Havendo dúvidas sobre o enquadramento da licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, segundo os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06, além de se realizar as pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamento da Administração Pública Federal, deve ser solicitado à licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de sua declaração de qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de usufruto dos benefícios da referida lei.” Acórdão 1370/2015 - Plenário | Relator: ANA ARRAES.

“Em caso de dúvidas a respeito do enquadramento de licitante na condição de microempresa (ME) ou de empresa de pequeno porte (EPP), segundo os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06, é recomendável que o órgão, além de realizar as pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamento da Administração Pública Federal, solicite da licitante a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração de qualificar-se como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da referida lei complementar.” Acórdão 504/2015 - Plenário | Relator: WEDER DE OLIVEIRA.

Se por uma lado houve uma omissão da RECORRENTE que não apresentou no momento oportuno, os documentos complementares que comprovassem sua situação fiscal, por outro lado o Presidente da CPLO também não se atentou ao fato culminou por não oportunizar àquela demonstrasse ter-se enquadrado como ME/EPP no exercício de 2016.



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.

Não se pode olvidar que a declaração falsa além de ensejar a sanções na seara administrativa, ainda é crime, motivo pelo qual não basta a simples desconconsideração da declaração, sendo obrigação da CPLO no mínimo uma apuração preliminar.

Contudo, pelos documentos juntados na fase recursal, a Receita de R\$ 3.121.737,52 (três milhões, cento e vinte e um mil, setecentos e trinta e sete mil reais e cinquenta e dois centavos), contida na DRE (fs. 1289/1295) da RECORRENTE, evidencia que ela se reenquadrou na classificação de EPP, podendo usufruir do tratamento diferenciado já no exercício de 2016.

Desse modo, assiste razão ao inconformismo da RECORRENTE, pois, se por um lado ela foi omissa, confiando apenas na declaração de enquadramento que apresentou, por outro lado a CPLO deixou passar em branco, não tomando as providências quando as deveria.

Quanto ao recurso apresentado pela recorrente GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS, sua irresignação contra a proposta apresentada pela CONSTRUTORA VÉRTICE não encontra fundamento.

A planilha apresentada pelo Presidente da CPLO (fs. 1316/1319) demonstra que os preços unitários estão adequados ao que foi orçado pela Administração.

Algumas alegações beiram ao absurdo, como dizer que os valores de salários de profissionais estão superiores ao estimado e previstos em convenção coletiva. Ora, não há proibição nem demérito que o empregador pague mais ao empregado, pelo contrário, é bem quisto que funcionários sejam mais bem remunerados.

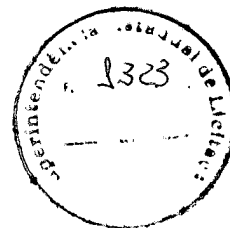
Quanto ao percentual do BDI 18% adotado pela VÉRTICE CONSTRUTORA, e abaixo do estimado pela Administração 21,88%, cabe ao licitante apresentar o que melhor lhe convier, observador os limites dos preços unitários e o valor global da proposta, neste sentido o TCU se manifestou:

“O licitante pode apresentar a taxa de BDI que melhor lhe convier, desde que o preço proposto para cada item da planilha e, por consequência, o preço global não estejam em limites superiores aos preços de referência.” Acórdão 2738/2015 - Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO.



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Complexo Rio Madeira - Ed. Reto 1 - Rio Pacaás Novos 2º Andar  
Porto velho, Rondônia.



Desse modo, não há fundamentos de fato e de direito quanto aos pedidos formulados pela recorrente GLOBAL COMÉRCIO.

## 8. CONCLUSÃO

Ressalta-se que cabe a esta Assessoria analisar somente os aspectos legais dos atos praticados no certame. Por todo o exposto, opinamos pela REFORMA DA DECISÃO da Comissão que julgou **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa **Grupocal Construções Empreendimentos Ltda**, recomendando o retorno à fase de análise das propostas a fim de conceder a ela os benefícios da LC 123/06; e opinamos pela **MANUFENTAÇÃO** da decisão da Comissão que julgou **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa **Global Comércio e Serviços EIRELI – EPP**.

Fundamentou-se a decisão com base no disposto no art. 41º da Lei 8666/93, atendendo ao princípio da vinculação ao Edital, além da observância aos princípios da legalidade, da igualdade, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Encerrada a fase de julgamento do recurso administrativo, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

É a informação que submetemos à apreciação superior.

Porto Velho, 7 de junho de 2016.

**ROBERTO AZEVEDO ANDRADE JÚNIOR**  
TÉC. EM LICIT. REG. E PESQ. DE PREÇOS/DIREITO  
MAT. 300130661

**Cátia Marina Belletti**  
Chefe de Assessoria de Análise Técnica

